



Educação para paz e direitos humanos



SOCIEDADE CIVIL E A AGENDA MULHERES, PAZ E SEGURANÇA NO BRASIL

DEZEMBRO 2025



Educação para paz e direitos humanos



Este é um estudo desenvolvido pelo Think Twice Brasil com apoio da campanha global She Builds Peace, uma iniciativa liderada pela International Civil Society Action Network (ICAN) e pela Women's Alliance for Security Leadership (WASL).

SOBRE O TTB

Think Twice Brasil (TTB) é uma organização de impacto social fundada em 2013, com a missão de apoiar pessoas e organizações a interromperem ciclos de violência e desigualdade por meio da educação para paz e direitos humanos. Mais de 12.000 pessoas já vivenciaram, virtual e presencialmente, nossas jornadas de aprendizagem.

Para mais informações sobre nossa atuação, acesse www.ttb.org.br ou escreva para contato@ttb.org.br.

SOBRE SHE BUILDS PEACE

She Builds Peace é uma campanha global liderada pela International Civil Society Action Network (ICAN) e pela Women's Alliance for Security Leadership (WASL). O objetivo da campanha é garantir que as mulheres construtoras de paz estejam seguras e protegidas, que os governos cumpram suas obrigações de incluí-las nos processos de tomada de decisão sobre paz e segurança, e que seu trabalho essencial seja valorizado e adequadamente financiado para que possam continuar atuando.

Autora: Gabriele Costa Bento Garcia

Citação recomendada:

Garcia, G.C.B (2025), Sociedade Civil e agenda Mulheres, Paz e Segurança no Brasil, Think Twice Brasil.





ÍNDICE



Acrônimos	5
Apresentação	6
Capítulo 1 - Paz e Segurança no Brasil: Entre o imaginário individual e a construção coletiva	8
Capítulo 2 - Conceituando Paz e Segurança	10
2.1 Mulheres, Paz e Segurança - Do Global para o local	12
Capítulo 3 - Pesquisa “Sociedade civil e a agenda Mulheres, Paz e Segurança no Brasil”	15
3.1 Perfil institucional das organizações participantes	17
3.2 Grau de conhecimento das organizações sobre o PNA	18
3.3 Engajamento institucional e caminhos de aprofundamento	19
3.4 As principais descobertas da Pesquisa	23
Capítulo 4 - A agenda MPS no radar das OSCs	24
4.1 Reconhecimento	25
4.2 Proteção	26
4.3 Financiamento	28
Capítulo 5 - Conclusão	31
Bibliografia	32



ACRÔNIMOS

- **CONASP** - Conselho Nacional de Segurança Pública
- **FCAS** - Fragile and conflict-affected settings (contextos frágeis e afetados por conflito)
- **ICAN** - International Civil Society Action Network
- **MPS** - Mulheres, Paz e Segurança
- **ONU** - Organização das Nações Unidas
- **OSCs** - Organizações da Sociedade Civil
- **PNA** - Plano Nacional de Ação
- **PNA/MPS** - Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança
- **PNPDDH** - Plano Nacional de Proteção a Defensoras e Defensores de Direitos Humanos
- **PPDDH** - Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos
- **TTB** - Think Twice Brasil
- **WASL** - Women's Alliance for Security Leadership





APRESENTAÇÃO

É com grande alegria e profundo senso de responsabilidade que apresento este relatório, idealizado e desenvolvido pelo **Think Twice Brasil - TTB** em parceria com a campanha global She Builds Peace, uma iniciativa liderada pela **International Civil Society Action Network - ICAN**. O TTB é uma organização da sociedade civil brasileira cuja missão é interromper ciclos de violência e desigualdade por meio da educação, da pesquisa e do desenvolvimento de estratégias para a promoção da paz e dos direitos humanos. Atuamos há mais de uma década fortalecendo as agendas Mulheres e Juventudes, Paz e Segurança no Brasil, a partir de uma abordagem interseccional, sensível ao trauma e que prioriza saberes produzidos no Sul Global.

A ICAN é hoje uma das redes internacionais mais relevantes no fortalecimento de mulheres construtoras de paz em contextos de conflito, polarização e violência, e é responsável por coordenar a campanha She Builds Peace, que reúne organizações e lideranças femininas do mundo inteiro para promover o reconhecimento, a proteção e o financiamento adequado dessas mulheres. Nesse ecossistema global, o TTB orgulha-se de ser, até o momento, a única organização brasileira integrante da **WASL - Women's Alliance for Security Leadership**, uma aliança global que reúne mulheres construtoras de paz e organizações que atuam na prevenção de extremismos violentos, na mediação comunitária e na construção de paz e segurança.

Este relatório integra esse compromisso e, em especial, dedica o Capítulo 4 à tradução e adaptação para a realidade brasileira do modelo desenvolvido pela ICAN, baseado nos eixos de *reconhecimento, proteção e financiamento* das mulheres construtoras de paz. Ao contextualizar esse modelo internacional à nossa paisagem social, buscamos oferecer ao país um instrumento analítico e prático capaz de fortalecer a agenda Mulheres, Paz e Segurança ("agenda MPS") em um território que, embora não seja formalmente classificado como zona de conflito armado, convive diariamente com múltiplas formas de violência, desigualdades estruturais e crises ambientais que ameaçam a vida de mulheres, meninas e comunidades inteiras.



Acreditamos que fortalecer a agenda MPS no Brasil requer, antes de tudo, povoar o imaginário coletivo com um conceito politizado, amplo e relacional do que significa viver em paz e segurança. Isso implica ressignificar a violência como componente estruturante da nossa cultura, incorporando a não-violência como prática insistente e continuada, até que se fortaleça como músculo social. É uma alegria conduzir estudos pioneiros e essenciais como este, que fortalecem a agenda MPS no Brasil e contribuem para sua consolidação na América Latina. Esperamos que o relatório inspire novas pesquisas, políticas públicas mais integradas, parcerias transformadoras e iniciativas comunitárias que coloquem mulheres construtoras de paz no centro da construção de futuros mais seguros e plenamente humanos.

Por fim, reafirmo o compromisso do TTB em se manter como uma organização aberta ao diálogo, à articulação em rede e à promoção da não-violência como valor estruturante do cultivo de relações colaborativas, inclusivas e capazes de transformar realidades. Que este trabalho seja mais um passo na direção de um Brasil que escolhe a paz como prática cotidiana e projeto político de sociedade.

Gabriele Costa B. Garcia

Gabriele Costa B. Garcia

Diretora Executiva do Think Twice Brasil - TTB





CAPÍTULO 1 – PAZ E SEGURANÇA NO BRASIL: ENTRE O IMAGINÁRIO INDIVIDUAL E A CONSTRUÇÃO COLETIVA

A ideia de paz e segurança no Brasil é marcada por tensões históricas, desigualdades profundas e uma percepção social frequentemente associada ao medo e à contenção da violência. Embora o país não seja formalmente reconhecido como uma zona de conflito armado, milhões de pessoas convivem cotidianamente com inseguranças que afetam sua mobilidade, seu bem-estar e suas possibilidades de vivência plena e participação na vida pública. Esse contexto molda tanto o imaginário individual sobre o que significa “sentir-se em segurança” quanto a forma como o Estado estrutura suas políticas na área.

Atualmente no Brasil, **não há políticas públicas amplas e estruturadas para a construção da paz**, o que permite que o debate sobre segurança pública se consolide de forma deslocada da noção de paz e predominantemente orientado para respostas baseadas no controle de danos e uso desmedido da força. Essa abordagem reforça a ideia de que segurança é responsabilidade exclusiva do Estado, em especial de instituições policiais, que operam sob forte centralização com pouca abertura para participação social na formulação, implementação ou monitoramento de políticas. Apesar da diversidade de realidades territoriais e da multiplicidade de fatores que produzem violência, as respostas do Estado tendem a ser generalistas e pouco sensíveis às especificidades de cada comunidade, ainda mais considerando que o Brasil possui dimensões continentais.

O caráter militarizado e repressivo das políticas de segurança é reforçado por indicadores alarmantes de letalidade policial e por estruturas institucionais que priorizam ações de contenção e enfrentamento, em vez de prevenção. Além disso, trata-se de um campo majoritariamente masculino, tanto em termos de composição das instituições quanto de participação na formulação de políticas. Essa sub-representação das mulheres, especialmente mulheres negras, periféricas e de povos tradicionais, limita a compreensão dos impactos cotidianos da violência e restringe a criação de estratégias mais sensíveis às desigualdades de gênero.

Se não bastasse, a relação entre sociedade civil e segurança pública é marcada por um histórico de distanciamento. Após a redemocratização, especialmente no início dos anos 1990, **organizações de direitos humanos atuaram principalmente como denunciante das violações cometidas por agentes do Estado**, resultado direto do legado de repressão durante o regime da ditadura militar.





Como observa Elizabeth Leeds (2013)^[1], esse distanciamento não era apenas estratégico, mas também emocional e político: muitos desses atores haviam sido alvo da repressão estatal e, por isso, compreendiam seu papel sobretudo como denunciadores de violações, e não como parceiros na transformação institucional. Ensaiar uma aproximação ou atuação coordenada com as forças de segurança poderia representar uma ameaça à reputação e integridade de lideranças e organizações consideradas progressistas.

Esse afastamento também foi reforçado por barreiras institucionais à participação social. Isso porque a Constituição Federal de 1988 criou mecanismos de controle social e transparência em diversas áreas da administração pública, com exceção da segurança pública. O Conselho Nacional de Segurança Pública (Conasp) permaneceu, durante anos, restrito a um papel consultivo, com membros exclusivamente nomeados pelo governo. Mudanças significativas começaram a ocorrer apenas nos anos 2000, mas apesar dos tímidos avanços, persistem os desafios: políticas descontinuadas, estruturas militarizadas, centralização da gestão e governança e a percepção de que segurança é um tema político associado a agendas conservadoras, um fator que historicamente segue afastando uma parcela relevante da sociedade civil desse debate.

É importante destacar que os efeitos da crise climática, dos crimes ambientais e dos desastres naturais ampliam ainda mais os desafios desse contexto. Enchentes, deslizamentos, ondas de calor, desmatamento, grilagem, garimpo ilegal e colapsos ambientais agravam vulnerabilidades e produzem novas formas de insegurança, especialmente entre meninas e mulheres, que enfrentam riscos adicionais de violência, abuso, deslocamento, exploração e sobrecarga de cuidado durante crises^[2]. Apesar da magnitude desses impactos, políticas de segurança pública no Brasil ainda incorporam de maneira limitada a dimensão ambiental e de gênero, deixando lacunas na proteção e na prevenção de riscos socioambientais.

Diante desse panorama, a agenda MPS representa uma oportunidade única de ampliar a participação das organizações da sociedade civil ("OSCs") no debate sobre paz e segurança. Ao reconhecer que meninas e mulheres são desproporcionalmente afetadas pelos conflitos violentos e efeitos da crise climática, mas também comprovadamente eficientes para a criação e implementação de políticas de construção de paz e segurança.

A elaboração da segunda versão do Plano Nacional de Ação sobre MPS ("II PNA/MPS") abre espaço para um diálogo multissetorial renovado, no qual o TTB se coloca como articulador e facilitador, conectando lideranças comunitárias, organizações sociais, especialistas, acadêmicas, autoridades públicas e mulheres construtoras de paz em todo o país.

^[1] Leeds, E. (2013). A sociedade civil e a segurança cidadã no Brasil: um relacionamento frágil, mas em evolução. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 7(2), 134-142.

^[2] Yoshida, K., Kezie-Nwoha, H., Holvikivi, A., Nkinzi, S., Sabrie, A., & Tabbasam, E. (2021). 9 Defending the future: gender, conflict, and environmental peace.



O que é um PNA e por que ele é importante?

Um PNA (Plano Nacional de Ação) traduz no nível nacional os compromissos da Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU e de todo o marco internacional da agenda MPS. Sem um PNA forte, com participação social, a agenda MPS corre o risco de permanecer marginal, fragmentada e pouco capaz de produzir impacto real nos territórios. O PNA define, sobretudo:

- prioridades nacionais;
- responsabilidades institucionais;
- ações concretas de prevenção, participação e proteção;
- mecanismos de governança e indicadores;
- formas de participação da sociedade civil; e
- prazos, orçamento e monitoramento.



CAPÍTULO 2 – CONCEITUANDO PAZ E SEGURANÇA

A compreensão contemporânea sobre paz e segurança passou por profundas transformações ao longo das últimas décadas. Durante muito tempo, especialmente no contexto das relações internacionais tradicionais, a paz foi definida apenas como ausência de guerra. Esse entendimento restringia o debate ao cessar-fogo, à assinatura de acordos e ao controle de hostilidades entre Estados, deixando de lado as múltiplas formas de violência que atravessam a vida cotidiana das pessoas, especialmente em sociedades marcadas por desigualdades estruturantes, como o Brasil. No entanto, sobretudo a partir de 1990 essas concepções passaram a ser amplamente questionadas por pesquisadores, movimentos sociais e organizações baseadas no Sul Global, que defenderam a necessidade de ampliar o entendimento sobre o que realmente significa viver em paz e com segurança.

Segundo Igbuzor (2011)^[3], paz e segurança são conceitos distintos, mas interligados. Ele argumenta que a paz envolve condições de harmonia social, instituições justas e ausência de confrontos violentos, mas vai além disso: requer a eliminação das desigualdades estruturais que geram violência. Essa perspectiva amplia o conceito de paz e evidencia que ela não se resume à ausência de conflito, mas sim a uma postura proativa na direção de reconhecer as causas dos conflitos violentos e restaurar padrões de comportamento e relacionamento que sustentam sofrimento individual e coletivo. Essa construção ativa de uma paz com lucidez crítica e política é chamada de **paz positiva**. Por outro lado, a noção de **paz negativa** ocorre quando não há violência direta ou conflito explícito, mas ainda persistem a sensação de insegurança, as tensões e desigualdades profundas. Nesse contexto, é comum que o conflito seja silenciado, mas que suas causas não sejam transformadas.

^[3] Igbuzor, O. (2011). Peace and security education: A critical factor for sustainable peace and national development. International journal of peace and development studies, 2(1), 1-7.



Em paralelo, a visão tradicional de segurança, voltada apenas para a proteção do Estado, tornou-se insuficiente para explicar e responder às múltiplas ameaças que afetam a vida cotidiana das pessoas, o que motivou a introdução do conceito de segurança humana pela ONU, que desloca o foco das políticas de segurança do Estado para o indivíduo, englobando como ameaças igualmente relevantes as experiências de insegurança alimentar, violência institucional, discriminação, crise climática, desastres naturais e violência de gênero, entre outras.

Essa ampliação é especialmente relevante para países que não vivem conflitos armados formais, como o Brasil, mas convivem com altos índices de violência e desigualdade. Aqui, a segurança humana permite compreender que estar seguro não significa apenas estar protegido de ataques armados, mas viver livre de medo, ter acesso a direitos fundamentais, condições para sonhar e desenvolver projetos de vida e poder participar plenamente da vida social.

Lee, Ginty e Joshi (2016)^[4] aprofundam esse debate ao distinguir entre paz social e paz securitária. A paz securitária prioriza respostas imediatas às ameaças vividas, usualmente baseadas em uma lógica de controle e repressão, como por exemplo, aumento do policiamento e uso da força para contenção da violência visível. É mais tangível e costuma ser o enfoque prioritário dos governos. Já a paz social envolve a construção e sustentação de estabilidade relacional, confiança, respeito aos direitos humanos e priorização da reconciliação e enfrentamento das causas profundas das violências.

No contexto brasileiro, a prevalência absoluta de políticas e ações para promoção da paz securitária/paz negativa explica por que, mesmo com aumento de policiamento e implementação de práticas de controle repressivo das violações de direitos em algumas regiões, as tensões, desigualdades e violências continuam a se reproduzir e até mesmo a aumentar. Isso demonstra que para produzir transformações positivas duradouras, é necessário combinar medidas de segurança com ações articuladas para construção da paz positiva, mobilizando todos os setores da sociedade e endereçando as perspectivas e especificidades de cada território em ações estratégicas.

Isso porque é no território que a diferença entre “*estar seguro*” e “*viver em paz*” se torna evidente. A presença ostensiva de policiamento ou a ausência de conflito aparente não garante, por si só, uma experiência de bem-estar e livre de medo. Por isso, iniciativas de construção da paz precisam considerar as percepções e expectativas de cada território e desenhar, a partir daí, políticas e ações integradas para prevenção de conflitos violentos e desastres decorrentes da crise climática ou violações do meio ambiente.



^[4] Lee, S., Ginty, R. M., & Joshi, M. (2016). Social peace vs. security peace. *Global Governance*, 11, 491-512.



Nesse sentido, compreender paz e segurança de forma ampliada e localizada é um dos fundamentos para o fortalecimento da agenda MPS, que não se limita à participação de mulheres em posições de liderança e tomada de decisão, mas representa, sobretudo, **uma abordagem alternativa que desloca a compreensão de paz e segurança como essencialmente ancoradas no exercício do controle, para vinculá-las ao exercício do cuidado**, potencializando, assim, políticas e ações que fortalecem a coesão social, ampliam o diálogo entre diferentes atores e pensam medidas preventivas e articuladas para o enfrentamento das diversas formas de violência.

Por que incluir mulheres na construção de paz e segurança?

- mulheres são mais afetadas simultaneamente por violências diretas, estruturais e culturais;
- políticas militarizadas não respondem isoladamente às violências que mais atingem mulheres (doméstica, sexual, psicológica, digital); e
- mulheres desempenham papéis essenciais na construção de coesão social, na mediação de conflitos e no fortalecimento comunitário.

2.1 MULHERES, PAZ E SEGURANÇA – DO GLOBAL PARA O LOCAL

A agenda MPS, estabelecida em 2000 pela Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU e aprofundada por mais de dez resoluções subsequentes, propõe um marco global para transformar a forma como entendemos e construímos políticas de paz e segurança. Embora tenha surgido no contexto de conflitos armados tradicionais, sua relevância se expandiu para realidades complexas, como as do Sul Global, onde a violência cotidiana, a desigualdade estrutural, os impactos da crise climática e as violações de direitos produzem insegurança de maneiras tão devastadoras quanto as guerras formais.

A agenda MPS é estruturada em quatro pilares — **participação, proteção, prevenção e assistência/recuperação** — e parte do reconhecimento de que mulheres não são apenas vítimas dos conflitos violentos, mas também agentes fundamentais para o enfrentamento das violências de maneira interseccional e sistêmica. Ao trazer a perspectiva de gênero para o centro da construção da paz, o entendimento sobre o que é segurança é ampliado e aprofundado.

Dessa forma, aplicar uma abordagem feminista às políticas de construção de paz e segurança^[5] implica revisitar as visões tradicionais a partir de uma realidade multidimensional e interseccional, reconhecendo que gênero e raça, sobretudo, moldam tanto os riscos quanto o acesso à proteção adequada. Essa abordagem propõe também pensar segurança de maneira articulada, capaz de reconhecer e transformar dinâmicas assimétricas de poder e ciclos intergeracionais de desigualdade, violência e trauma que perpetuam e sustentam contextos de insegurança individual e coletiva.

^[5] Reorientando la seguridad desde el feminismo, ICIP - Instituto Catalán Internacional para la Paz, 2021; Miradas Feministas para transformar la seguridad; Caminos hacia la paz y la seguridad forjados por las mujeres: Una agenda para las Américas, Comisión Inter-americana de Mujeres, 2022

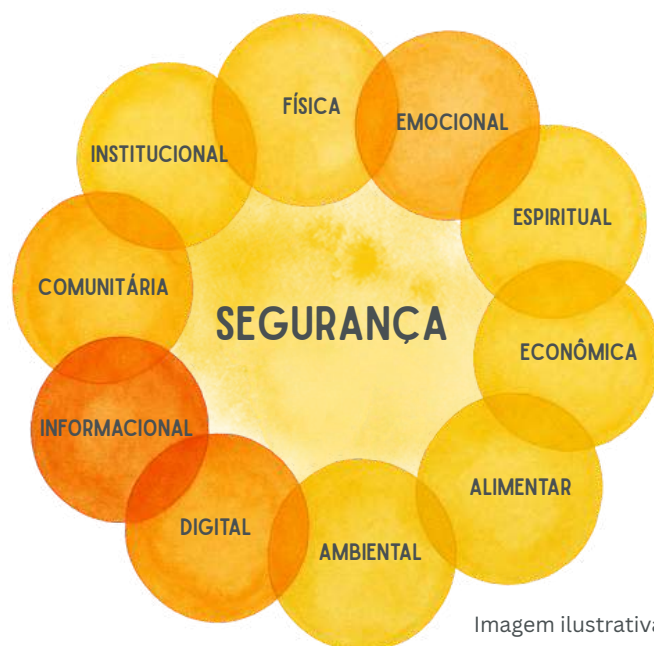
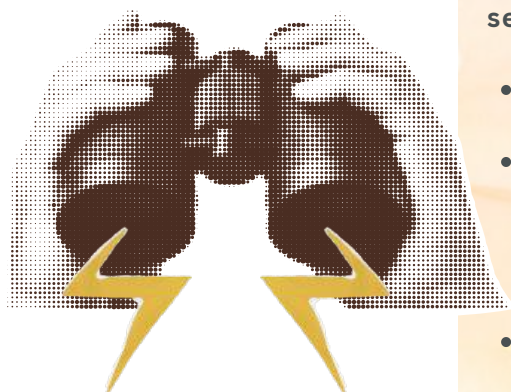


Imagem ilustrativa: Think Twice Brasil

- **Segurança física:** Proteção contra violências que atingem o corpo, reconhecendo que gênero, raça e território moldam riscos desiguais. Baseia-se na autonomia corporal e no direito de existir e se movimentar sem medo.
- **Segurança emocional:** Bem-estar afetivo garantido por relações saudáveis e não-violentas consigo mesma e com outras pessoas, além do acesso a redes de cuidado comunitário. Valoriza a saúde mental como parte estrutural da dignidade humana.
- **Segurança espiritual:** Valorização do autoconhecimento e de práticas de investigação de quem se é, já se foi e se pretende ser, que orientam sentido e pertencimento. Afirma o direito a uma construção que mitigue o sofrimento e promova cura individual e coletiva.
- **Segurança econômica:** Garantia de condições materiais justas para viver com dignidade, liberdade e autonomia. Reconhece que desigualdades estruturais produzem insegurança econômica.
- **Segurança alimentar:** Acesso contínuo, digno e culturalmente adequado à alimentação saudável. Inclui soberania alimentar e proteção de práticas tradicionais de cultivo.
- **Segurança ambiental:** Garantia de um território preservado e protegido contra degradação e injustiças ambientais. Prioriza povos originários, mulheres e comunidades desproporcionalmente afetadas por crimes ambientais e pela crise climática.
- **Segurança digital:** Proteção contra violências online, vigilância e discriminação algorítmica. Implica autonomia tecnológica e ambientes digitais que cultivem interações baseadas no cuidado e na não-violência.
- **Segurança informacional:** Acesso a informações confiáveis, compreensíveis e não manipuladas. Valoriza pluralidade de vozes e combate à desinformação que reforça desigualdades.
- **Segurança comunitária:** Fortalecimento de redes de apoio, resolução não-violenta de conflitos e participação coletiva. Reconhece saberes locais e práticas comunitárias como centrais para construção da paz.
- **Segurança institucional:** Confiança em instituições que protegem, escutam e atendem de forma justa e equânime. Exige políticas preventivas, de responsabilização e inclusão efetiva de grupos historicamente marginalizados.



No Brasil, discutir segurança também exige reconhecer a crise profunda que atravessa as forças de segurança. Policiais e agentes de segurança convivem com altos índices de sofrimento psíquico^[6], taxas de suicídio superiores à média nacional^[7], afastamentos frequentes por adoecimento, remuneração inadequada, longas jornadas e ausência de apoio psicossocial, medo constante, exposição a riscos e falta de formação em direitos humanos e construção de paz. Negligenciar essa realidade significa perpetuar um ciclo de violência institucional que afeta tanto agentes públicos quanto pessoas e comunidades.



A agenda MPS, ao propor uma **lógica de cuidado, diálogo e prevenção para a construção de paz e segurança**, abre espaço para políticas que incluam:

- escuta ativa das forças de segurança, compreendendo seus desafios e expectativas;
- formação continuada para agentes públicos e lideranças da sociedade civil em não-violência, direitos humanos, mediação de conflitos, justiça restaurativa e abordagem interseccional e sensível ao trauma;
- programas de saúde mental e apoio psicossocial para agentes de segurança pública;
- estratégias de redução de danos institucionais; e
- mecanismos de governança compartilhada entre segurança pública, OSCs e comunidades.

A aplicação de uma perspectiva feminista entende que a paz e segurança devem ser construídas em diferentes escalas – global, nacional, regional, local, comunitária e individual – sempre partindo das experiências concretas das pessoas e das dinâmicas específicas de seus territórios. Essa reorientação permite identificar as estruturas que reproduzem insegurança e sofrimento e, ao mesmo tempo, promover políticas e ações centradas no cuidado e na prevenção de conflitos violentos.

Diante disso, a força da agenda MPS reside justamente em sua capacidade de ser localizada, isto é, traduzida e aplicada de forma sensível às realidades, tensões e potências de cada território. Diferentemente de modelos centralizados e generalistas de segurança, a agenda MPS reconhece que conflitos, violências e ameaças se manifestam de formas distintas em comunidades urbanas, rurais, ribeirinhas, quilombolas, indígenas ou periféricas e que, portanto, as respostas também precisam ser diferenciadas, construídas com participação social e alinhadas às dinâmicas culturais, ambientais e políticas de cada contexto.

^[6]Castro, M. C., Rocha, R., & Cruz, R. (2019). Mental health of the Brazilian police policy: theoretical-methodological trends. *Psicol. Saúde Doença*, 20, 525-541.

^[7]Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024). São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 18, 2024. ISSN 1983-7364.



Nesse processo, **as mulheres construtoras de paz ocupam um papel central: elas são, simultaneamente, observadoras, testemunhas e vítimas das violências que atravessam seus territórios, assim como mediadoras naturais de tensões cotidianas e articuladoras de redes comunitárias que sustentam práticas de cuidado, diálogo, prevenção e assistência.** Essas mulheres identificam sinais precoces de conflitos, constroem pontes entre grupos polarizados, protegem coletivos vulnerabilizados e contribuem para a formulação de políticas e processos que respondem às necessidades reais das comunidades. Ao integrar suas vozes e experiências na implementação da agenda MPS, abre-se caminho para uma construção de paz que não é abstrata, mas situada, concreta e transformadora, capaz de produzir segurança e bem-estar a partir das próprias raízes comunitárias.

CAPÍTULO 3 – PESQUISA “SOCIEDADE CIVIL E A AGENDA MULHERES, PAZ E SEGURANÇA NO BRASIL”

Com o intuito de apoiar a elaboração e implementação da segunda versão do PNA sobre Mulheres, Paz e Segurança (II PNA/MPS) do Brasil, o TTB realizou uma pesquisa exploratória para compreender o nível de conhecimento, engajamento e implementação das OSCs brasileiras em relação à agenda MPS. Para tanto, o TTB desenvolveu e aplicou, entre junho e setembro de 2025, a pesquisa **“Sociedade civil e a agenda Mulheres, Paz e Segurança no Brasil”** (“Pesquisa”) por meio de um questionário online distribuído organicamente entre redes e organizações.

Embora o formulário tenha registrado 93 participações no total, **apenas 65 pessoas completaram todas as perguntas essenciais.** Em razão disso, por responsabilidade metodológica e consistência analítica, todo este capítulo considera apenas essas 65 respostas completas, que formam a base válida da Pesquisa. As respostas representam um retrato inicial, ainda que não probabilístico, do engajamento das OSCs com a agenda MPS no país.

As descobertas são relevantes e oferecem um ponto de partida fundamental para estruturar a mobilização local e nacional sobre a agenda. Ao mesmo tempo, indicam a necessidade de pesquisas futuras mais aprofundadas, segmentadas por território, área de atuação e perfil institucional.





SUMÁRIO DA PESQUISA

1

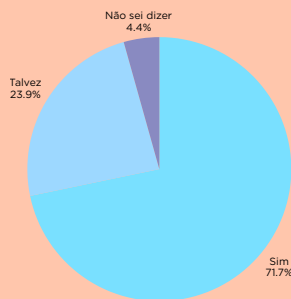
BAIXO CONHECIMENTO SOBRE O PNA/MPS NO BRASIL

Mais da metade das organizações **desconhece a existência do PNA/MPS**, incluindo instituições médias e grandes, o que revela um problema estrutural de comunicação sobre a agenda MPS no país.



ATUAÇÃO ALINHADA À AGENDA, MAS SEM RECONHECIMENTO FORMAL

2



71,7% das organizações afirmam já atuar em áreas diretamente relacionadas à agenda MPS, embora ainda não utilizem esse termo.

3

INTERESSE EM ADOTAR A AGENDA, MAS FALTA CLAREZA PRÁTICA

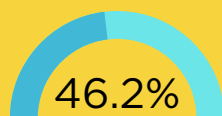
Mais de **50%** das organizações querem incorporar a agenda MPS, mas muitas respondem “talvez” ou “não sei”, indicando falta de clareza operacional.

4

BARREIRAS ESTRUTURAIS IMPEDEM A INSTITUCIONALIZAÇÃO

As três barreiras mais citadas para incorporar a agenda MPS a suas atividades foram:

- falta de conhecimento sobre a agenda
- falta de recursos financeiros
- equipes reduzidas ou sobrecarregadas



5

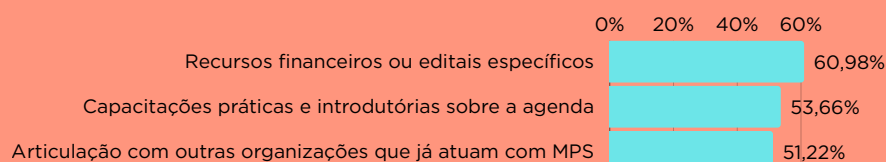
ALTO POTENCIAL DE EXPANSÃO E MOBILIZAÇÃO

Mais da metade das OSCs reconhece que suas atividades podem se conectar à agenda MPS e demonstram disposição concreta para adotá-la.

6

DEMANDA URGENTE POR FORMAÇÃO, FINANCIAMENTO E ARTICULAÇÃO

Os principais recursos desejados pelas OSCs para fortalecer a agenda MPS são:





3.1 PERFIL INSTITUCIONAL DAS ORGANIZAÇÕES PARTICIPANTES

A amostra de 65 organizações revela uma presença relevante de iniciativas com alcance nacional (44,6%), seguida por organizações baseadas no Sudeste (27,7%). Esse perfil sugere boa capilaridade entre organizações de atuação ampliada, mas aponta para a sub-representação de organizações comunitárias e de base em regiões historicamente mais vulneráveis a violências e desigualdades.

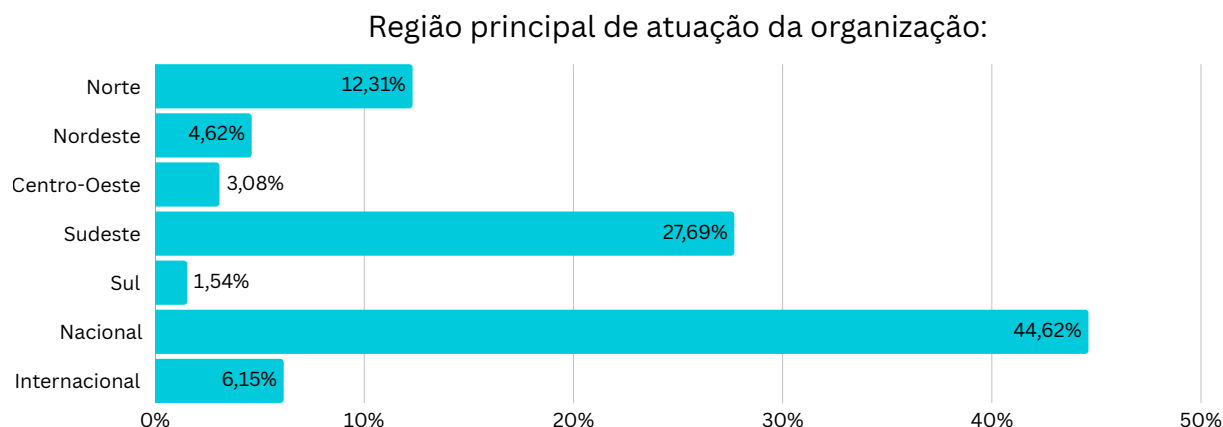


Figura 1. Gráfico com o % da região de atuação da organização

Com relação à área temática de atuação, os temas mais frequentemente selecionados pelas organizações respondentes foram **direitos das mulheres e meninas (30,8%), infância, adolescência e juventudes (26,1%) e educação (23,1%)**, sinalizando que as OSCs brasileiras já atuam fortemente em áreas intrinsecamente conectadas aos pilares da agenda MPS: prevenção, participação e proteção.

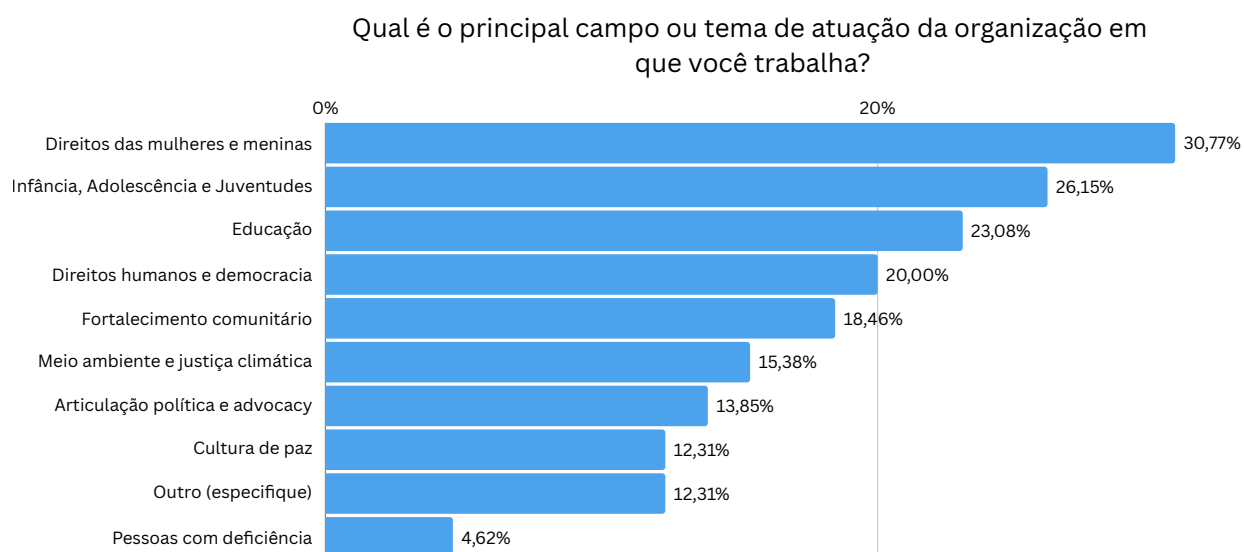


Figura 2. Gráfico com o % da área de atuação da organização



Esse dado, em especial, reforça a tese de que **muitas OSCs já fazem parte do ecossistema da agenda MPS, mesmo que ainda não se reconheçam nesse campo**, como será detalhado nas próximas questões. Da mesma forma, a presença de temas como cultura de paz e advocacy demonstra maturidade programática e potencial de incidência política, ainda que não exista, no Brasil, uma tradição consolidada de participação civil na formulação dos PNAs.

Um ponto relevante é a baixa presença de organizações que atuam diretamente com segurança pública, povos indígenas e migração/refúgio, apesar de serem temas críticos para uma abordagem interseccional da agenda MPS. Esse dado reforça a necessidade de ações de articulação direcionadas para ampliar a participação de organizações que atuam nos territórios mais afetados pela violência e pela insegurança multidimensional.

No que se refere ao **tamanho das organizações**, a maioria das respondentes tem estrutura média ou grande, sendo que **as organizações com mais de 30 pessoas colaboradoras representam 32% das respostas**.

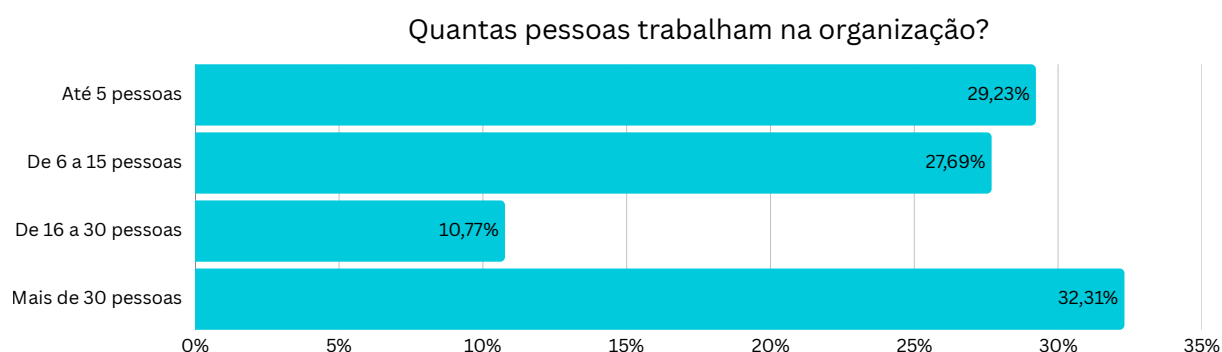


Figura 3. Gráfico com o % referente ao número de colaboradores da organização

3.2 GRAU DE CONHECIMENTO SOBRE O PNA

Menos da metade das organizações respondentes, **apenas 46,2% delas, sabem da existência do PNA/MPS brasileiro**. Esse dado é um alerta direto para o Estado e para a sociedade civil: sem ampla divulgação e formação, o PNA permanece um documento estático e não se reflete em um processo vivo.

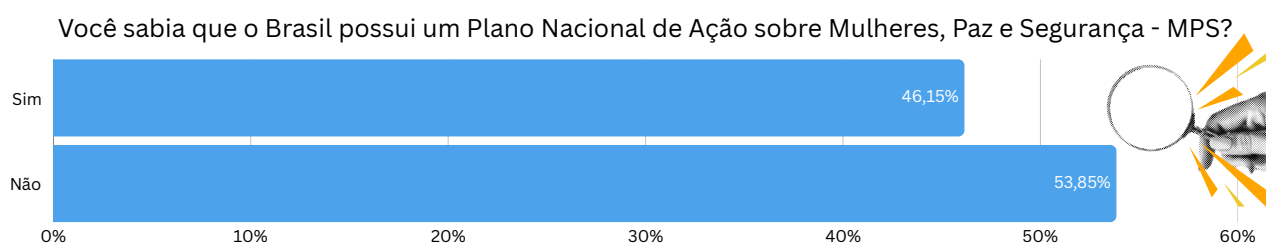


Figura 4. Gráfico com o % de organizações que conhece a existência do PNA/MPS



Uma descoberta relevante é que a agenda MPS não é desconhecida apenas entre organizações pequenas, mas também entre organizações robustas, com equipes numerosas, maior capacidade institucional e potencial de influência na formulação de políticas públicas. **Entre as organizações respondentes com mais de 16 pessoas colaboradoras, 57% delas afirmaram desconhecer a existência do PNA.** Esse achado reforça a necessidade de ações estruturadas de formação e disseminação, inclusive entre OSCs consolidadas, e não somente entre organizações de base ou de pequeno porte.



Mesmo entre organizações maiores, o grau de desconhecimento permanece elevado e essa é uma evidência importante: o PNA ainda não entrou no radar institucional das OSCs brasileiras, o que contribui para a baixa mobilização e participação limitada em torno da agenda MPS.

3.3 ENGAJAMENTO INSTITUCIONAL E CAMINHOS DE APROFUNDAMENTO

A pesquisa diferencia dois grupos: as OSCs que afirmam já incorporar a agenda MPS em suas atividades estratégicas e as OSCs que ainda não a incorporam, mas podem se aproximar. Essa ramificação é essencial para compreender motivações, potenciais e barreiras.

Quando perguntadas se incorporam a agenda MPS em sua estratégia institucional, entre as 30 respostas coletadas, 14 organizações (46,7%) afirmaram que sim. Porém, observou-se que poucas detalharam quais ações são conduzidas, sinalizando que o engajamento tende a ser mais temático do que estratégico.

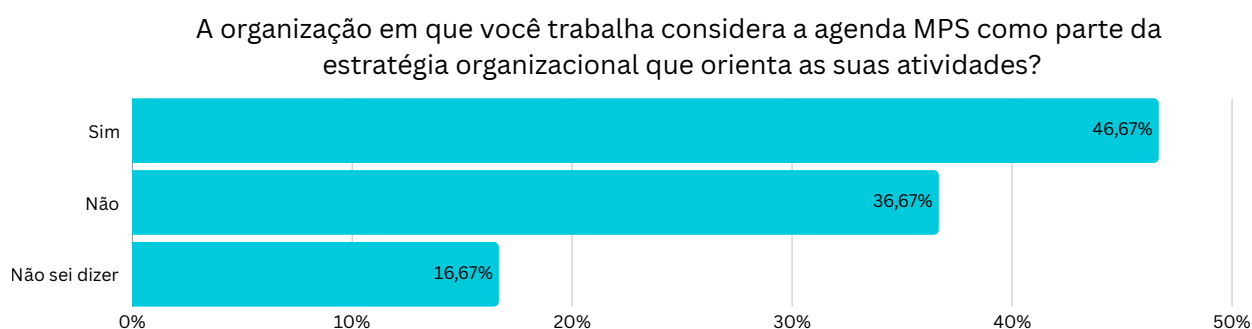


Figura 5. Gráfico com o % de organizações que considera a agenda MPS na estratégia institucional

Em paralelo, 53,3% das organizações respondentes afirmaram não integrar ou não saber se integram a agenda MPS às suas estratégias. A essas organizações foi perguntado quais temas elas associariam intuitivamente à agenda MPS.



O resultado demonstra que tais **organizações ainda compreendem a agenda MPS majoritariamente relacionada à promoção dos direitos das mulheres e ao enfrentamento da violência doméstica**, o que pode comprometer o engajamento com o tema em áreas centrais propostas pela agenda, como construção de paz e segurança, fortalecimento comunitário, prevenção de conflitos armados, justiça social e climática e políticas de desarmamento.

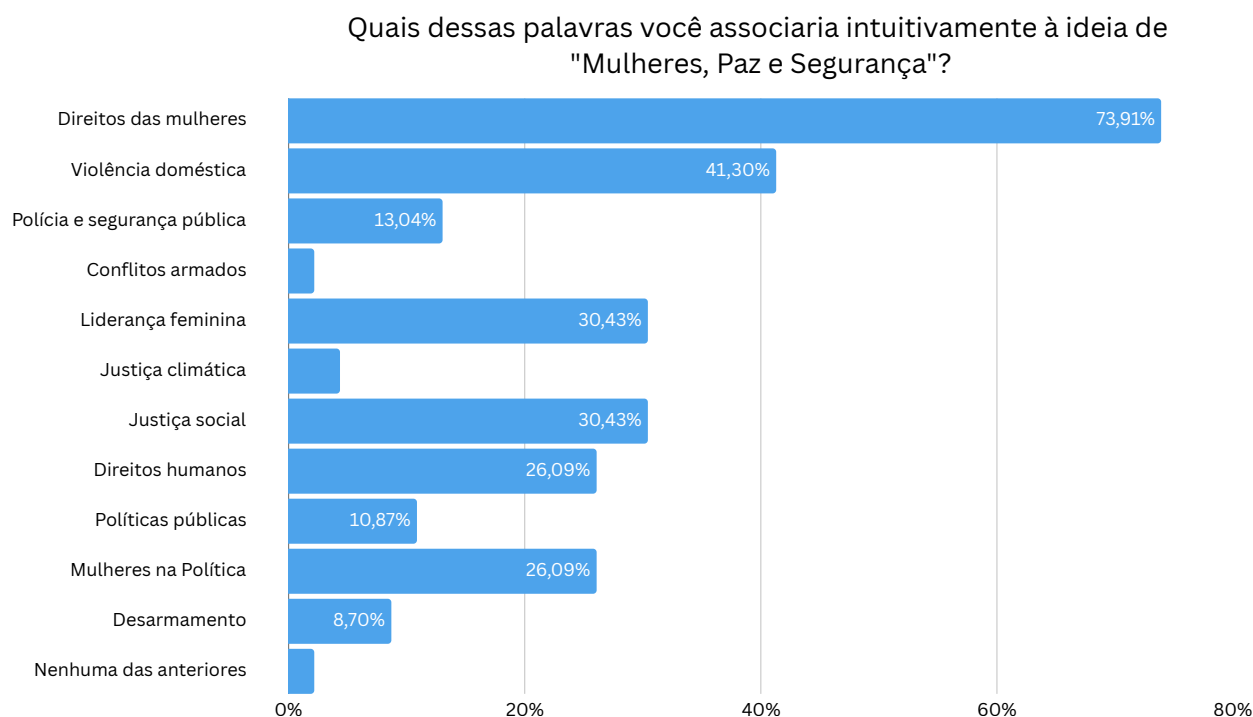


Figura 6. Gráfico com associações intuitivas feitas pelas organizações sobre a agenda MPS

Na sequência, as organizações responderam se entendem que já atuam em áreas relacionadas à agenda MPS, mesmo que nunca tenham usado essa terminologia, e 71,7% afirmaram que sim. **Isso sinaliza que mesmo sem nunca ter usado o “rótulo” da agenda MPS, já atuam de maneira direta ou indireta na promoção dos temas relacionados.**

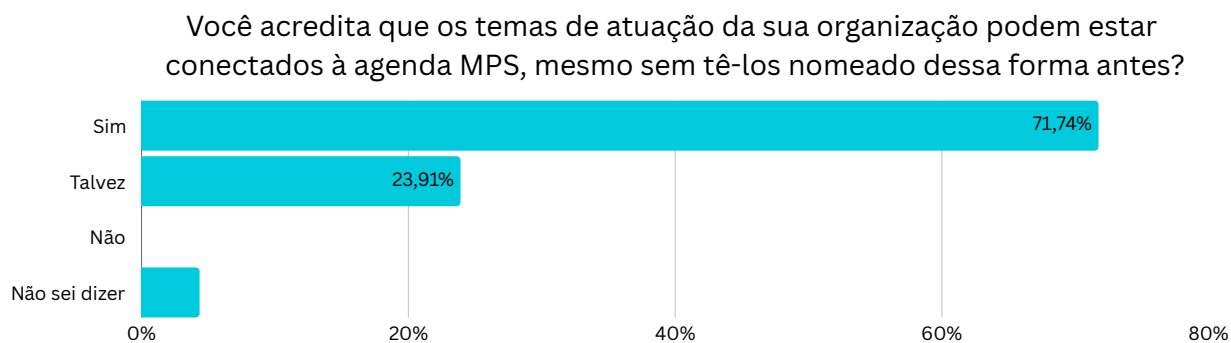


Figura 7. Gráfico com % de organizações que podem estar atuando na agenda MPS, mesmo sem nomeá-la



Além disso, **23,9% das organizações indicaram que “talvez” atuem com base na agenda MPS, o que demonstra que é preciso ampliar o conhecimento das OSCs sobre o marco conceitual da agenda MPS**, facilitando, assim, a compreensão e a identificação com o tema a partir de exemplos concretos. Importante ressaltar a ausência total de respostas que indicam que a os temas de atuação das organizações respondentes *não* tem relação com a agenda MPS, pois demonstra que não há resistência ideológica à agenda, não existe percepção de incompatibilidade entre a agenda MPS e o trabalho das OSCs e a agenda não é vista como abstrata ou distante da realidade brasileira.

Em paralelo, quando perguntadas **sobre o interesse em incorporar a agenda MPS às práticas da organização, 52% afirmam que sim**, demonstrando que a disposição para incorporar a agenda é significativa, configurando um passo essencial para potenciais estratégias de mobilização.

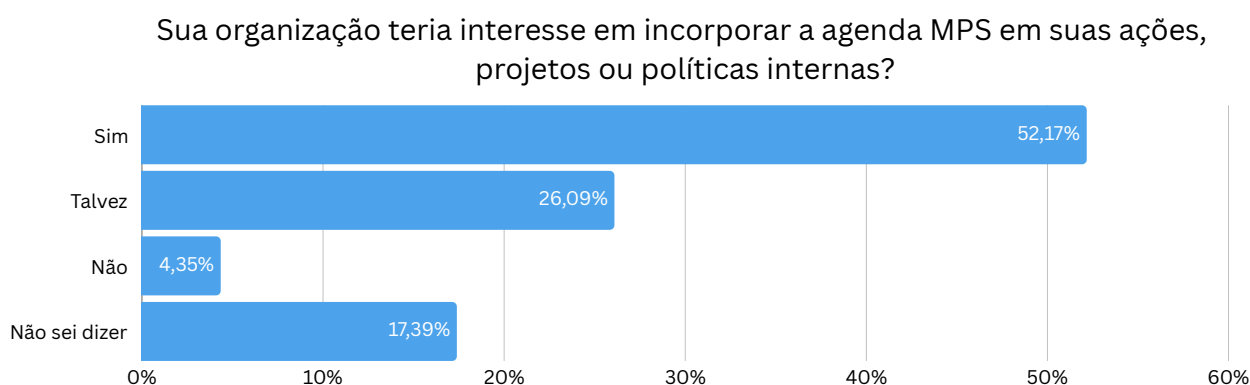


Figura 8. Gráfico demonstrando o interesse das organizações em incorporar a agenda MPS

Um número relevante de organizações respondeu “talvez” (26%) e “não sei dizer” (17,4%), o que reforça uma potencial insegurança institucional ou falta de conhecimento sobre o que significa, na prática, integrar a agenda MPS às atividades. Quase nenhuma organização afirmou não ter interesse em incorporar a agenda MPS, sinalizando que o campo está aberto e receptivo e que o principal obstáculo é de capacidade técnica e financeira, não estrutural.

Em seguida, as organizações responderam sobre quais são as principais barreiras para incorporar a agenda MPS em suas atividades e os três desafios citados por 46,2% dos respondentes **foram falta de conhecimento ou compreensão da agenda, ausência de recursos financeiros específicos para o tema e equipe reduzida ou sobrecarregada.**



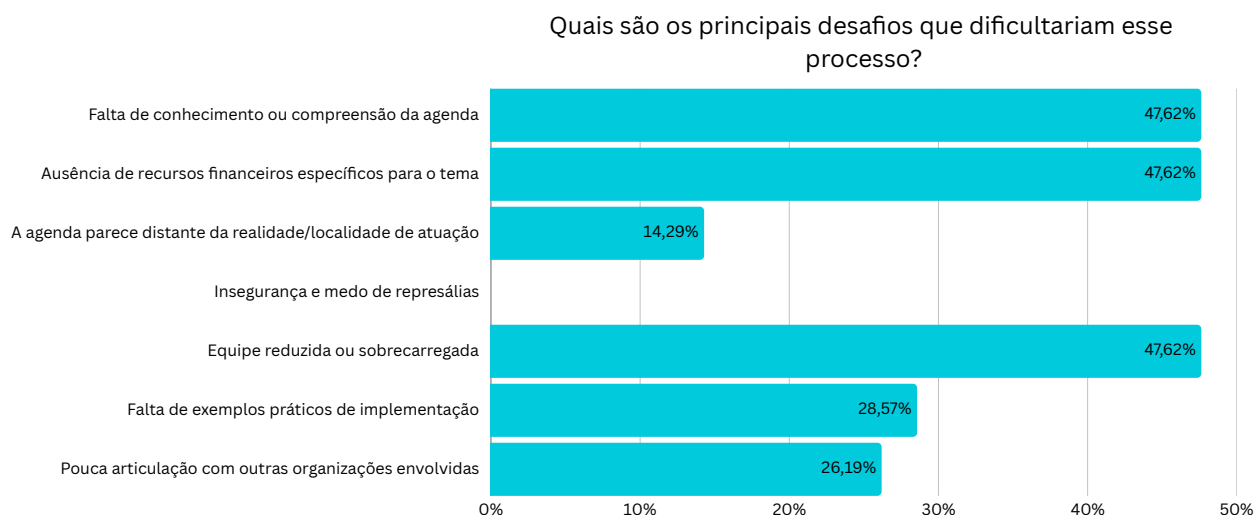


Figura 9. Gráfico demonstrando os principais desafios para as organizações incorporarem a agenda MPS

Outras barreiras também foram citadas, como **falta de exemplos práticos para implementação (28%)**, **pouca articulação com outras OSCs (26%)** e a agenda parecer distante da realidade ou localidade de atuação (14%). Esses dados sugerem que há interesse das organizações em promover a agenda MPS, mas o avanço efetivo é comprometido por falta de elementos estruturais, como recursos financeiros e institucionais, tempo e disponibilidade para novos aprofundamentos, necessidade de ampliar o conhecimento e de se articular com outras organizações.

Por fim, perguntamos às organizações qual tipo de apoio ou recurso facilitaria a incorporação da agenda MPS em suas atividades e **o acesso a recursos financeiros aparece como o maior facilitador (61%)**, seguido de **capacitações práticas e introdutórias sobre a agenda MPS (53,7%)** e **articulação com outras organizações que já atuam na área (51%)**.

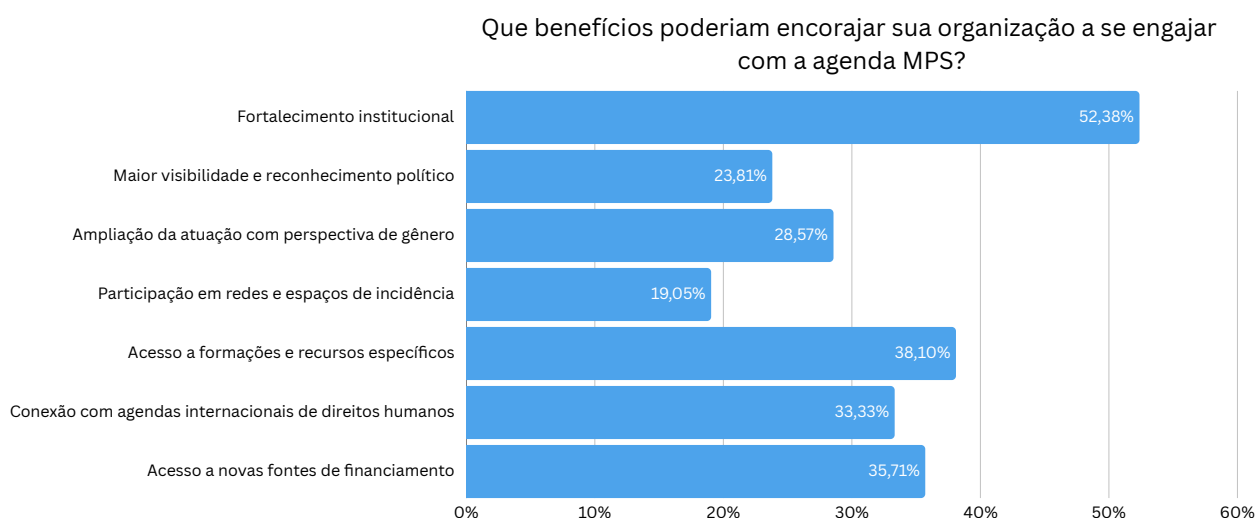


Figura 10. Gráfico demonstrando os principais benefícios que encorajariam as organizações a incorporarem a agenda MPS



Diante disso, as respostas à última questão reforçam os dados levantados nas perguntas anteriores, confirmando que o acesso **a financiamento é o recurso mais relevante para fortalecer a agenda MPS** nas organizações. Além disso, **o grande interesse por capacitações práticas demonstra que as OSCs não buscam apenas conteúdo teórico, mas ferramentas de aprendizagem aplicada sobre como territorializar a agenda MPS**, conectar seus princípios à estratégia organizacional já existente, criar indicadores, monitorar resultados e traduzir a agenda para os desafios locais. Por fim, a necessidade de articulação interorganizacional indica um forte desejo de pertencimento a uma comunidade de prática, assim como a participação em redes, fóruns e espaços permanentes de diálogo para que a implementação da agenda MPS seja sustentável e continuamente aprimorada.

3.4 AS PRINCIPAIS DESCOBERTAS DA PESQUISA

Diante das respostas levantadas, **a Pesquisa apresenta um panorama inédito sobre a percepção das OSCs sobre o significado e implementação da agenda MPS no Brasil**, apontando os desafios e oportunidades para fortalecermos coletivamente o tema. Os resultados apontam, em primeiro lugar, **para a baixa visibilidade da agenda e do próprio PNA**, já que mesmo organizações médias e grandes, com estruturas robustas, desconhecem sua existência, evidenciando um problema estrutural de comunicação institucional. Apesar disso, observa-se forte aderência temática: **a maior parte das OSCs já atua em áreas centrais da agenda MPS, como participação, prevenção e proteção, ainda que sem enquadramento formal**, o que compromete o acesso a financiamento, a capacidade de incidência política e a construção de práticas coordenadas.

Há também claro potencial de expansão, dado que **mais da metade das organizações reconhece que suas atividades podem se conectar à agenda MPS** e demonstra interesse em adotá-la, faltando apenas direcionamento, recursos e oportunidades. As barreiras identificadas são recorrentes e refletem tendências globais: falta de recursos financeiros, falta de conhecimento e tempo e ausência de exemplos práticos, o que limita a institucionalização da agenda MPS. Por fim, destaca-se a necessidade de se promover formação técnica sobre a agenda MPS e facilitar o acesso a recursos financeiros para fortalecer o tema, sob o risco de a agenda MPS permanecer restrita a poucas organizações, reforçando desigualdades e fragilidades já existentes no ecossistema de paz e segurança no Brasil.





Implicações da Pesquisa para o II PNA/MPS:

Os dados apresentados acima fortalecem a necessidade de:

- incluir a sociedade civil desde o início da formulação do PNA ou, ao menos, no processo de conclusão e implementação;
- regionalizar estratégias de escuta e participação;
- criar programas de formação na agenda MPS dirigidos a autoridades públicas e OSCs;
- estabelecer linhas de microfinanciamento e financiamentos flexíveis e contínuos para implementação da agenda MPS;
- criar indicadores claros para monitorar engajamento e territorialização; e
- fomentar redes e espaços colaborativos entre Estado, OSCs, academia e mulheres construtoras de paz.

CAPÍTULO 4 – A AGENDA MPS NO RADAR DAS OSCS

A implementação efetiva da agenda MPS no Brasil tem o II PNA/MPS como marco temporal para o fortalecimento do tema, mas exige, sobretudo, que diferentes setores da sociedade reconheçam que a construção da paz é um processo cotidiano, territorial e profundamente influenciado pelas desigualdades estruturais, pelas dinâmicas políticas locais e pelos desafios de financiamento e proteção enfrentados por quem atua na linha de frente. Inspirados pelas recomendações internacionais e pelos diagnósticos apresentados pela International Civil Society Action Network - ICAN, três pilares se tornam essenciais para orientar o envolvimento das organizações da sociedade civil e ampliar o impacto do II PNA/MPS no país: **reconhecimento, proteção e financiamento**.





4.1 RECONHECIMENTO

O reconhecimento é o primeiro passo para a consolidação e o fortalecimento da agenda MPS no Brasil e não se limita a nomear a importância das mulheres nos processos de construção da paz, mas, sobretudo, a reconhecer formalmente quem são essas mulheres, o que fazem, quais riscos enfrentam e o impacto transformador do trabalho que realizam.

No contexto brasileiro, em que o território nacional não é tipificado como zona formal de conflito armado, mas apresenta níveis de letalidade semelhantes aos de zonas de guerra, esse reconhecimento torna-se ainda mais urgente. Sem ele, mulheres que atuam na reconstrução do tecido social, no fortalecimento de iniciativas comunitárias e na construção local de políticas de paz e segurança permanecem invisibilizadas, sem respaldo jurídico e com acesso reduzido a recursos e mecanismos de proteção.



Quem são as mulheres construtoras de paz?

As mulheres construtoras de paz, usualmente movidas por experiências pessoais, trabalham para prevenir, mitigar e transformar as raízes dos conflitos violentos, visando sobretudo construir uma solução compartilhada. Colocam-se dispostas a dialogar com todas as partes envolvidas, sempre disponíveis para escutas atentas capazes de capturar o dito e o não dito. Sustentam uma postura de humildade e integridade moral, que lhes permite navegar por diferentes relações e perspectivas sem julgamento. Também possuem conhecimento sobre o território em que estão inseridas e como se operam as dinâmicas de controle e poder e, assim, conseguem manter o compromisso com uma construção maior que suas agendas pessoais.

De acordo com o relatório *Recognizing Women Peacebuilders*^[8], as mulheres construtoras de paz compartilham características fundamentais como:

- Coragem moral e integridade, que lhes permitem transitar entre grupos em disputa.
- Capacidade de escuta profunda, apta a captar nuances, tensões silenciosas e necessidades não verbalizadas.
- Pertencimento territorial, que lhes garante legitimidade comunitária e compreensão das dinâmicas locais de poder.
- Visão transformadora, orientada por justiça social, direitos humanos e prevenção de violências.
- Postura estratégica que articula práticas culturais, saberes locais, políticas formais e redes nacionais e internacionais para promover a paz sustentável.

^[8] Sanam Naraghi Anderlini, (2020), “Recognizing Women Peacebuilders: Critical Actors in Effective Peacemaking,” International Civil Society Action Network, October 2020



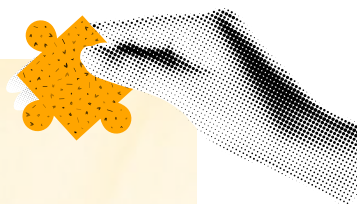
Trata-se de uma atuação distinta, embora complementar, da de defensoras de direitos humanos. Enquanto defensoras têm como foco central denunciar violações e promover direitos, as construtoras de paz trabalham diretamente na mediação e transformação de conflitos, **estabelecendo espaços de diálogos improváveis com o objetivo de disseminar a não-violência como valor coletivo.**

Diante disso, o reconhecimento das mulheres construtoras de paz é crucial para fortalecer sua legitimidade nos espaços de tomada de decisão, aumentar a segurança e proteção dessas lideranças e ampliar a eficácia de processos de paz, pois elas representam comunidades e articulam demandas concretas. Além disso, constitui etapa prévia necessária para sua inclusão em negociações, consultas e mecanismos de governança de paz e segurança.

A ausência desse reconhecimento mantém essas lideranças no limbo institucional, sem políticas específicas que assegurem autoridade, proteção ou financiamento contínuo. No Brasil, embora o país conte com o **Plano Nacional de Proteção a Defensoras e Defensores de Direitos Humanos (“PNPDDH”)**, esse instrumento não contempla explicitamente a categoria “construtoras de paz”, criando um vácuo que enfraquece a proteção de mulheres que atuam exatamente na prevenção e mediação de conflitos violentos e na construção de paz e segurança.

Nesse contexto, as OSCs são indispensáveis para:

- mapear lideranças locais;
- conduzir formações especializadas no tema;
- documentar as trajetórias e o impacto das mulheres construtoras de paz;
- pressionar por reconhecimento normativo;
- integrá-las formalmente nos processos previstos no II PNA/MPS; e
- construir redes multissetoriais que sustentem sua atuação.



4.2 PROTEÇÃO

Garantir a proteção de mulheres construtoras de paz é condição indispensável para o avanço e consolidação da agenda MPS no Brasil. Embora essas lideranças desempenhem funções essenciais na prevenção e enfrentamento de conflitos violentos, elas o fazem em contextos marcados por altos níveis de violência armada, polarização política, ataques digitais e fragilidade institucional, fatores que ampliam significativamente os seus riscos.



As mulheres que atuam na construção da paz enfrentam uma arquitetura de riscos complexa, composta por ameaças diretas e indiretas que atravessam sua segurança física, emocional, política, econômica e comunitária. Como destaca o relatório *Protecting Women Peacebuilders*^[9], essas mulheres lidam com violência direta, incluindo assassinatos, sequestros, desaparecimentos forçados e violência sexual usada deliberadamente como instrumento de intimidação, ao mesmo tempo em que são alvo de assédio digital e ataques coordenados online. Também são perseguidas por atores estatais e não estatais, que podem incluir forças armadas, grupos criminosos, milícias ou fundamentalistas religiosos, e muitas vezes enfrentam retaliação dentro de suas próprias comunidades, sobretudo quando sua atuação desafia normas patriarcais ou interesses locais já estabelecidos.

A isso se somam pressões psicológicas constantes, como trauma, ansiedade, burnout e rupturas familiares, além de restrições de mobilidade que as impedem de circular com segurança nos territórios onde vivem e trabalham. **Os impactos econômicos também são significativos, manifestando-se na forma de insustentabilidade financeira e danos materiais intencionais.** Importante ressaltar que tais ataques não são neutros: eles exploram normas de gênero para descredibilizar, sexualizar ou punir mulheres que assumem papéis públicos de mediação, influência e autoridade na construção de paz e segurança.

Apesar de existirem instrumentos internacionais e nacionais destinados à proteção de defensoras de direitos humanos, esses mecanismos ainda são insuficientes para proteger mulheres construtoras de paz, que não são plenamente reconhecidas como um grupo específico dentro dessas iniciativas. Essa lacuna gera consequências graves, como falhas na avaliação de risco, ausência de protocolos adaptados às dinâmicas próprias da construção de paz e segurança, respostas inadequadas às ameaças de gênero e baixa priorização em políticas de segurança e justiça informadas sobre gênero.

No caso brasileiro, os desafios se aprofundam. **Mecanismos como o PNPDDH e o Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos (“PPDDH”) constituem bases importantes, mas ainda não reconhecem formalmente as mulheres construtoras de paz como um grupo distinto com vulnerabilidades próprias.** Na prática, isso significa que seus riscos específicos não são devidamente avaliados; ameaças, difamação e violência política de gênero continuam subdimensionadas; e as medidas de proteção existentes não contemplam plenamente as dinâmicas territoriais e comunitárias em que essas mulheres atuam. Importante destacar que lideranças que trabalham em territórios indígenas, quilombolas, rurais e periféricos encontram-se especialmente expostas, uma vez que seus contextos apresentam riscos adicionais, que ainda não encontram respostas institucionalizadas adequadas.

^[9] Melinda Holmes, Sanam Naraghi Anderlini and Stacey Schamber, “Protecting Women Peacebuilders: The Front Lines of Sustainable Peace,” International Civil Society Action Network,²⁷ October 2020.



Além disso, **a proteção digital e as estratégias de segurança online ainda são insuficientes**, mesmo diante do crescimento acelerado de campanhas de desinformação, ataques online coordenados e disseminação de discursos extremistas. Esses elementos revelam que, no Brasil, a proteção das mulheres construtoras de paz ainda é fragmentada e insuficiente, exigindo respostas estruturadas, integradas e sensíveis ao gênero. Somente com reconhecimento formal, políticas específicas e mecanismos que conectem segurança física, digital, psicossocial e comunitária será possível garantir que essas mulheres possam seguir atuando na prevenção de violências e na construção de paz.

Diante disso, as OSCs podem cumprir funções estratégicas, tais como:

- documentar ameaças e produzir evidências sobre a atuação e os desafios das mulheres construtoras de paz;
- apoiar avaliações de risco contextualizadas;
- servir como redes de apoio e resposta rápida em caso de violação de direitos;
- promover formação para lideranças em construção de paz e segurança, sensíveis ao gênero e informadas sobre trauma;
- articular conexões com mecanismos internacionais;
- pressionar por marcos legais e políticas públicas específicas; e
- criar sistemas de monitoramento e fortalecimento comunitário.



4.3 FINANCIAMENTO

Apesar do reconhecimento internacional sobre a eficácia e o impacto das mulheres construtoras de paz, o financiamento destinado ao seu trabalho continua insuficiente, centralizado e incompatível com a natureza dos conflitos e desafios enfrentados. Esse problema é amplamente documentado pelo relatório *Funding Women Peacebuilders*^[10] que demonstra como organizações lideradas por mulheres, especialmente organizações pequenas e de base comunitária, recebem apenas uma fração mínima dos recursos globais destinados à igualdade de gênero e à prevenção de violência, apesar de demonstrarem resultados consistentes, sustentáveis e efetivos.

^[10] France Bognon and Sanam Naraghi Anderlini, “Funding Women Peacebuilders: Dismantling Barriers to Peace,” International Civil Society Action Network, October 2020.



No Brasil, embora os índices de letalidade sejam equivalentes àqueles observados em zonas de guerra, o não reconhecimento formal desse contexto de violência sistemática cria um obstáculo estrutural para acessar recursos internacionais destinados à construção de paz e segurança. **A violência cotidiana é normalizada, reduzindo a percepção de urgência por parte de doadores nacionais e internacionais** e, ao mesmo tempo, as organizações que trabalham a agenda de paz e segurança nesses territórios não conseguem acessar recursos destinados a áreas de conflito formal, por estarem fora da classificação de *fragile and conflict-affected settings* (FCAS).

Assim, mesmo enfrentando desafios profundos relacionados à violência armada, expansão do crime organizado, conflitos territoriais, violência política de gênero e crises humanitárias decorrentes de desastres ambientais, o Brasil permanece fora do radar tradicional do financiamento para a paz. Essa exclusão desconsidera a realidade de territórios brasileiros onde mulheres constroem paz diariamente em condições de alto risco, mas sem o respaldo material necessário.

Esse descompasso entre a gravidade da violência e a ausência de financiamento adequado aprofunda vulnerabilidades já existentes e limita a capacidade de organizações lideradas por mulheres de atuar de forma segura, contínua e expansiva. A falta de recursos não apenas compromete a continuidade do trabalho, como também aumenta a insegurança, já que restringe estratégias de proteção, limita respostas a emergências e impede investimentos em saúde mental, formação e infraestrutura institucional.

Estudos e monitoramentos recentes^[11] mostram que apenas 2% do financiamento destinado a intervenções para construção de paz e segurança em contextos frágeis teve a igualdade de gênero como objetivo principal. Além disso, entre 2017 e 2018 somente 0,4% da ajuda bilateral para contextos afetados por conflito foi canalizada diretamente para organizações locais lideradas por mulheres.



As organizações lideradas por mulheres enfrentam obstáculos que não decorrem de falta de competência ou impacto, mas sim de desigualdades estruturais reproduzidas por sistemas tradicionais de financiamento. Entre os principais desafios enfrentados está a inexistência, ou insuficiência, de mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados, assim como a falta de registro das atividades implementadas. Muitas organizações de base não conseguem registrar adequadamente seus impactos por falta de recursos, equipe ou tempo, o que gera uma percepção de baixa efetividade e, consequentemente, reduz o acesso a novos financiamentos.

^[11] A Missing Brick For Sustaining Women's Movements (2021), The Women's Peace & Humanitarian Fund (WPHF); Financing Of The Women, Peace And Security Agenda; A Blueprint For Feminist Crisis Response



Somada a isso, está a burocracia excessiva imposta por editais tradicionais, com prazos curtos, exigências rígidas e pouca flexibilidade, o que tende a penalizar organizações pequenas, que muitas vezes operam em contextos voláteis e precisam adaptar rapidamente suas estratégias. O relatório *Funding Women Peacebuilders*^[12] ressalta que modelos tradicionais não apenas ignoram a natureza dinâmica do trabalho de construção de paz, como criam barreiras desproporcionais para organizações situadas em contextos de violência de baixa visibilidade internacional.

Os modelos tradicionais de financiamento são inadequados para organizações lideradas por mulheres construtoras de paz por três razões centrais:

1. **Resultados imediatos:** a maior parte dos financiadores exigem impactos rápidos e materiais, incompatíveis com processos de construção de confiança, mediação de conflitos e transformação comunitária, que levam tempo e exigem continuidade.
2. **Indicadores simplificados:** muitas mudanças produzidas por mulheres construtoras de paz são subjetivas ou relacionais, como o aumento de confiança, redução de tensão e fortalecimento comunitário, e, portanto, não são capturadas por métricas convencionais.
3. **Ausência de flexibilidade:** em contextos de violência volátil, estratégias precisam mudar rapidamente; no entanto, editais rígidos não permitem adaptações, criando riscos para as organizações e limitando o impacto.

Além disso, é fundamental que financiadores internacionais incluam países como o Brasil em debates globais sobre financiamento para a paz, reconhecendo que a insegurança não se limita a cenários de guerra formal e que processos de violência crônica também demandam respostas estruturadas e investimento contínuo.

Para enfrentar o déficit de financiamento, as OSCs podem atuar em colaboração com doadores e financiadores para promover:

- a criação de linhas de financiamento específicas para construção de paz, integradas à agenda MPS;
- o reconhecimento formal das organizações lideradas por mulheres construtoras de paz nos marcos normativos nacionais;
- financiamento direto e desburocratizado para organizações de base;
- investimentos em fortalecimento institucional (auditorias, gestão, governança, capacitação, segurança digital e psicossocial);
- ciclos plurianuais de financiamento, coerentes com os tempos da construção da paz;
- flexibilidade para adaptação conforme mudanças de contexto; e
- recursos destinados à documentação, monitoramento participativo e produção de evidências qualitativas.

^[12] France Bognon and Sanam Naraghi Anderlini, “Funding Women Peacebuilders: Dismantling Barriers to Peace,” International Civil Society Action Network, October 2020.



CAPÍTULO 5 – CONCLUSÃO

A pesquisa realizada pelo TTB evidencia que as OSCs já atuam amplamente nos eixos centrais da agenda MPS, mesmo quando não utilizam essa nomenclatura. Contudo, o pouco conhecimento sobre o PNA no Brasil e a ausência de mecanismos estruturados de participação social revelam desafios significativos para institucionalizar a agenda no país. O elevado interesse das OSCs em incorporar a agenda MPS, aliado à necessidade de financiamento, formação prática e articulação em rede, demonstra que o campo está maduro para avançar.

Ao adaptar o framework internacional de **reconhecimento, proteção e financiamento** de organizações e mulheres construtoras de paz, este relatório aponta caminhos concretos para fortalecer a agenda MPS no Brasil. Reconhecer as atuações das mulheres construtoras de paz, protegê-las de riscos multidimensionais e garantir recursos contínuos e flexíveis são condições essenciais para consolidar políticas que previnam violências, ampliem a coesão social e fortaleçam os processos democráticos.

Por fim, reafirmamos que a construção da paz é um projeto coletivo, e não uma tarefa isolada do Estado, das OSCs ou das próprias mulheres que atuam nessa agenda. Ela exige diálogo contínuo, escuta ativa, compromisso democrático e investimento político e financeiro. A segunda versão do PNA/MPS representa uma oportunidade histórica para o Brasil alinhar-se às melhores práticas internacionais, fortalecer sua sociedade civil e construir um futuro mais justo, seguro e humano. Que este relatório contribua para inspirar decisões, abrir caminhos e consolidar, no imaginário brasileiro, a possibilidade real de viver em paz. Não como privilégio, mas como direito.





BIBLIOGRAFIA

- A Missing Brick for Sustaining Women's Movements. (2021). The Women's Peace & Humanitarian Fund (WPHF).
- Castro, M. C., Rocha, R., & Cruz, R. (2019). Mental health of the Brazilian police policy: Theoretical-methodological trends. *Psicologia, Saúde & Doença*, 20, 525–541.
- Caminos hacia la paz y la seguridad forjados por las mujeres: Una agenda para las Américas. (2022). Comisión Interamericana de Mujeres (CIM).
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2024). Anuário Brasileiro de Segurança Pública.
- France Bognon, & Naraghi Anderlini, S. (2020). Funding women peacebuilders: Dismantling barriers to peace. International Civil Society Action Network.
- Garcia, G. C. B. (2023). Recomendações ao Plano Nacional Brasileiro de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança. Think Twice Brasil.
- Holmes, M., Naraghi Anderlini, S., & Schamber, S. (2020). Protecting women peacebuilders: The front lines of sustainable peace. International Civil Society Action Network.
- IICIP – Instituto Catalán Internacional para la Paz. (2021). Reorientando la seguridad desde el feminismo.
- Igbuzor, O. (2011). Peace and security education: A critical factor in conflict prevention.
- IPEA & Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2023). Atlas da violência.
- Lee, S., Mac Ginty, R., & Joshi, M. (2016). Social peace vs. security peace. *Journal of Peacebuilding & Development*.
- Leeds, E. (2013). A sociedade civil e a segurança cidadã no Brasil: Um relacionamento frágil, mas em evolução. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 7(2), 134–142.
- Miradas feministas para transformar la seguridad. (s.d.).
- Naraghi Anderlini, S. (2020). Recognizing women peacebuilders: Critical actors in effective peacemaking. International Civil Society Action Network.
- Spotlight Initiative. (2024). The missing brick for sustaining women's movements. <https://spotlightinitiative.org/>
- UN Women. (2023). Financing women, peace and security. <https://wps.unwomen.org/financing/>
- UN Women. (2023). Gendered impacts of climate change.
- United Nations Africa Renewal Magazine. (2024). 25 years on: Why peace needs women at the table. <https://africarenewal.un.org/>
- United Nations Security Council. (2000). Resolution 1325 (Women, Peace and Security).
- Women's Peace & Humanitarian Fund. (2023). Financing of the Women, Peace and Security Agenda: A blueprint for feminist crisis response.



Educação para paz e direitos humanos

